

A CIRCULAÇÃO DE MOEDAS METÁLICAS NO BRASIL

João Carlos da Silva¹

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade analisar os motivos pelos quais o sistema econômico nacional brasileiro, por vezes, se depara com a falta de moedas metálicas em circulação. A análise tem como início um breve histórico sobre o surgimento e uso das moedas, desde a antiguidade até os dias de hoje, passando na sequência por definições econômicas que envolvem o termo “moeda” para, posteriormente, analisar o papel do Banco Central Brasileiro, como órgão emissor e controlador da base monetária no país, a partir dos dados referentes ao IPC, ao PIB e ao crescimento populacional, ocorridos no período de 2006 a 2015, em comparação com o volume físico e financeiro de moedas disponível no mercado. Conclui que a falta de moedas metálicas em circulação tem relação direta com a gestão do BC, no que tange às emissões de alguns valores de moedas, além da excessiva retenção de moedas pelo público.

PALAVRAS-CHAVE

Circulação de moedas; Entesouramento; Poupança.

ABSTRACT

This research aims to analyze the reasons why the Brazilian economic system is sometimes faced with lack of coins in circulation. Firstly, the report presents a brief history of the origin and usage of coins from ancient times to the present, followed by economic definitions such as “currency”. Afterwards, it analyzes the role of the Central Bank of Brazil, responsible for issuing coins and also controlling monetary base in the country, based on Retail Price Index (RPI), Gross Domestic Product (GDP) and popu-

¹ Especialista em Administração Financeira pela Fundação Getúlio Vargas. Professor da FAAT – Faculdades.

lation growth data for the period from 2006 to 2015, as compared to the physical and financial volume of coins available during the same period. The conclusion is that the lack of coins in circulation is directly related to Central Bank's management policies, regarding the issue of coin values in addition to the excessive retention of coins by the public.

KEY WORDS

Circulation of coins; Hoarding; Savings.

INTRODUÇÃO

Há treze anos, em matéria intitulada “Ponha suas moedas para circular”², este autor alertava para o fato de que quase 40% das moedas entre R\$ 0,01³ e R\$ 0,10, cunhadas pelo Banco Central do Brasil (BC), estavam fora de circulação por estarem retidas pelos seus proprietários, com o objetivo de armazená-las, na maioria dos casos, em “cofrinhos” que, não raras vezes, eram abertos anualmente. Tal fato implicou na retenção de aproximadamente R\$ 3 bilhões em moedas metálicas, contra o total de R\$ 8 bilhões disponibilizados pelo BC, ocasionando o entesouramento médio de 18 moedas por habitante.

O objetivo deste trabalho, em decorrência do exposto, é aprofundar tal pesquisa e analisar os componentes que, possivelmente, possam explicar a atual retenção de moedas metálicas por parte da população, prática que gera queixas constantes entre consumidores e comerciantes, conforme indica a última pesquisa sobre o assunto⁴ aplicada pelo CP2 Pesquisas, no ano de 2013, a pedido do Banco Central do Brasil com publicação no ano 2014, que de certa forma corrobora outras pesquisas publicadas em anos anteriores pelo próprio BC sobre o mesmo assunto. Tais pesquisas serão analisadas, em conjunto, no transcorrer deste texto.

² Jornal O Atibaiense de 23 de janeiro de 2003.

³ Hoje já fora de circulação pelo seu irrisório poder de compra.

⁴ O brasileiro e sua relação com o dinheiro.

Além disso, para nortear este trabalho, são utilizados dados dos últimos dez anos (2006 a 2015) no que concerne à quantidade de moedas em circulação na economia; ao valor global dessas moedas; à evolução do Produto Interno Bruto (PIB)⁵; ao crescimento populacional nacional⁶; à renda per capita e à inflação, medida através do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁷, que é considerado o índice oficial de inflação do Brasil.

Baseado nos dados citados pretende-se verificar as possíveis correlações estatísticas que possam explicar os motivos pelos quais ocorrem frequentes reclamações por parte dos agentes econômicos quanto à escassez de moedas, principalmente as de determinados valores, conforme aponta a pesquisa do BC, anteriormente mencionada, que questiona os hábitos monetários, tanto dos consumidores quanto dos comerciantes. Para tanto é importante entendermos o papel das moedas, desde sua criação até os tempos atuais.

Breve Histórico da Moeda

Sabe-se que anteriormente à existência do que hoje conhecemos como moeda, havia meramente trocas diretas de mercadorias pelos seus produtores, o que ficou conhecido como escambo, também caracterizado como pré-economia monetária por Montoro Filho (1988, p. 343). Nesse contexto, as práticas econômicas eram desprovidas de qualquer complexidade, em que pequenos produtores que produziam para sua sobrevivência pessoal e de sua família trocavam seu excedente de produção pelo de outro pequeno produtor.

⁵ <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=11&op=2&vcodigo=SCN52&t=produto-interno-bruto-br-valores-correntes>

⁶ Medida pelo IBGE nos censos e projeções do período em análise.

⁷ http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultinpc.shtm

Em estágio posterior da evolução humana, as trocas diretas foram substituídas pelas chamadas trocas indiretas, o que significa um produtor trocar seu excedente de produção, não mais por um produto que fosse de sua necessidade e, portanto, para seu próprio consumo, mas sim trocá-lo por uma mercadoria que fosse de aceitação coletiva. A vantagem implícita nesse sistema de trocas é que não mais havia a necessidade da dupla coincidência de desejos, em que as partes envolvidas na troca teriam necessariamente que desejar o produto objeto da troca. Agora a troca era feita por algo que, no futuro, pudesse ser dado como meio de troca em outra aquisição. As mercadorias utilizadas nas trocas variavam de local para local, mas utilizou-se o gado, o sal e até mesmo conchas como meio de troca, mas os metais acabaram prevalecendo e “usados como moeda, em função de suas qualidades de a) homogeneidade; b) durabilidade; c) portabilidade; e d) escassez” (MONTORO FILHO, 1988, p. 344).

Apesar da evolução no sistema de trocas indiretas, o ideal ainda estava longe, uma vez que havia dificuldades de pesagem do metal que seria objeto de troca. Com o tempo isso foi resolvido com a criação de moedas cunhadas, normalmente pelo soberano, que em última análise garantia o valor da moeda. Mais tarde os soberanos impõem a utilização de moedas e legalizam seu uso, tornando assim obrigatória sua aceitação.

A moeda, pelo exposto, veio desempenhar algumas funções, como explica Wessels (1988, p. 153), tais como: “Isolar as vendas das compras, na medida em que a moeda torna desnecessária a dupla coincidência de vontades; Unidade contábil, permitindo a colocação de preço em todos os produtos; Padrão de pagamento diferido, já que todos os contratos de pagamento futuro são geralmente estipulados em moeda; Estoque de valor, permitindo que as pessoas estoquem suas economias através da guarda de moedas (geralmente em contas bancárias)”.

Em *A Riqueza das Nações*, Smith (1996, p.94) já discorria sobre a cunhagem de moedas e sua utilização, dizendo que “na medida em que avançava a indústria, as nações comerciantes con-

sideraram conveniente cunhar dinheiro-moeda em metais diferentes: em ouro para pagamentos maiores, em prata para compras de valor moderado e em cobre – ou outro metal menos nobre – para as compras de valor ainda menor”.

Obviamente, com o decorrer do tempo, armazenar ou transportar grandes volumes de moedas passou a ser uma atividade de risco. Surgiram então as primeiras instituições que se ocupavam da guarda de moedas e em troca emitiam recibos de depósito, que eram utilizados em transações comerciais como se fossem moedas, através de mero endosso. Aos poucos aqueles recibos de depósitos se transformaram nos cheques utilizados atualmente.

Após algum tempo, a atividade que até então era função das instituições específicas passou a ser controlada pelos governos, através de seus Bancos Centrais, responsáveis pela criação de regras para o sistema bancário como um todo.

Atualmente, com o avanço tecnológico, os meios de pagamento foram altamente simplificados, possibilitando transferências monetárias virtuais a qualquer tempo e de qualquer lugar, eliminando, ainda que parcialmente, o uso de moedas físicas.

Classificação de Medida Monetária

Classificam-se as moedas, principalmente, em função de sua liquidez, da forma mais líquida para a menos líquida. Assim sendo, segundo Montoro Filho (1988, p. 345), algumas categorias foram criadas para classificar os ativos monetários: a) **M0**, que representa a soma de papel moeda em poder do público; b) **M1**, equivale a M0 acrescido dos depósitos à vista nos bancos comerciais; **M2**, significando M1 adicionado aos fundos do mercado monetário e também dos títulos públicos em poder da população; **M3** é a somatória de M2 com os depósitos de poupança. Por fim, **M4**, que representa M3 acrescido dos títulos privados, quais sejam, depósitos a prazo e letras de câmbio.

M0 (moeda manual ou moeda corrente) e M1 (moeda escritural ou bancária), que representam os depósitos nos Bancos

Comerciais, são considerados meios de pagamento de liquidez imediata, não obtendo remuneração através de juros pelo sistema bancário. Os valores correspondentes a M2, M3 e M4, por terem menor conversibilidade em dinheiro, são conhecidos como “quase-moeda” e são passíveis de pagamento de juros pelos bancos comerciais.

Posto isso, é necessário entender os motivos pelos quais a população demanda por moeda, como também o suprimento da mesma através da oferta promovida pelo BC.

A Demanda por Moeda

Keynes (1983) foi um dos primeiros estudiosos que se preocupou em analisar com mais profundidade os motivos pelos quais a população demandava moeda. Nesse sentido mencionava que embora o público em geral não consiga separar com clareza os motivos pelos quais necessita de moeda, havia três razões distintas a serem consideradas, que também foram citadas por Froyen (1999, pp. 129-130): a) Demanda por transações – sendo a moeda um meio de troca, faz-se necessário que os consumidores necessitem de moedas para suas transações correntes, que dependerão do nível de renda de cada indivíduo; b) Demanda por precaução – para Keynes, além do volume necessário para as transações, a população guardaria um determinado volume monetário com o objetivo de quitar dispêndios imprevistos, tais como emergências, contas inesperadas, entre outros fatores; e c) Demanda especulativa – admitia ainda que as pessoas mantivessem líquido certo valor monetário a fim de obterem maior rentabilidade em investimentos.

Considerava que as pessoas, com o objetivo de maximizarem seus retornos em ativos investidos, pudessem postergar suas aplicações com o objetivo de lucrarem mais. Assim, podemos considerar que uma aplicação de \$ 1.000 a ser realizada hoje, com vencimento para daqui a seis meses, com taxa de 10% no período, poderá ser substituída após um mês por outra operação de igual valor, com prazo de apenas cinco meses, porém com retorno final

de 11%. Dessa forma o fato de postergar a aplicação, com o objetivo claro de especulação, rendeu ao aplicador 1% a mais no período.

A Oferta de Moeda

O Banco Central do Brasil é o emissor e controlador da base monetária no país. Segundo Wessels (1988, p.158), “O Banco Central tem controle direto sobre a base monetária. Essencialmente a base monetária é todo o dinheiro da economia: a soma das reservas bancárias e do dinheiro total em poder da população”.

Em seu relatório anual o próprio Banco Central do Brasil reforça suas finalidades e competências institucionais ao afirmar que “(...) tem por missão institucional assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente (...). Dentre as suas atribuições estão (...) emitir papel moeda e moeda metálica e executar os serviços do meio circulante” (BRASIL B. C., p. 13).

Cabe ressaltar que embora o BC desempenhe as funções já descritas, não age ele de forma autônoma, já que segundo Vasconcellos & Garcia (2008, p. 203), o BC juntamente com o Conselho Monetário Nacional (CMN) desempenha o papel de autoridade monetária, sendo que “cabe ao CMN as principais funções normativas e ao BC as funções executivas de supervisão e fiscalização bancária, cabendo-se cumprir e fazer cumprir as decisões do CMN”.

Periodicamente o BC disponibiliza informações sobre o volume de papel-moeda e moedas metálicas em circulação no país. Como já anteriormente ressaltado, partindo-se do princípio de que o foco principal do presente trabalho é avaliar como a população se utiliza das moedas metálicas à sua disposição, este estudo se restringirá apenas aos dados inerentes à circulação e utilização destas moedas.

Com tais informações pode-se passar para a análise, propriamente dita, da relação da quantidade de moeda em giro no país, assim como sua relação com alguns indicadores econômicos, com o objetivo de identificar a responsabilidade pela falta de moeda disponibilizada para transações comerciais.

Análise de Dados

A quantidade de moedas em circulação no país, assim como os valores globais representados por ela, deve necessariamente suprir as necessidades da população que demanda por moeda. Tal demanda é função direta de alguns fatores, tais como, a renda gerada pela economia, a quantidade populacional do país, o Produto Interno Bruto (PIB), entre outros. Para tanto faremos aqui algumas comparações entre os fatores para identificar se o BC tem cumprido com sua função de disponibilizar meios de pagamento à população ou se, por outra via, a constante falta de moedas na economia não é causada por fatores exógenos ao BC. Primeiramente cabe fazermos um levantamento da quantidade de moedas disponibilizadas pelo BC, tanto no que se refere à quantidade física de moedas como também do valor monetário correspondente a elas para o período compreendido entre 2006 e 2015. Os dados são os seguintes:

Tabela 1. Evolução da quantidade de moedas e seus valores

Ano	Quant. Moedas	%	Valor das Moedas	%	Valor Médio	%
2006	11.841.962.146		1.921.076.109,11		0,16	
2007	12.924.954.545	9,15	2.329.953.701,14	21,28	0,18	11,12
2008	14.093.856.888	9,04	2.835.679.344,51	21,71	0,20	11,61
2009	15.494.184.083	9,94	3.342.890.817,34	17,89	0,22	7,23
2010	17.037.658.016	9,96	3.823.113.703,46	14,37	0,22	4,00
2011	18.770.658.056	10,17	4.350.365.652,04	13,79	0,23	3,29
2012	20.413.737.206	8,75	4.823.412.365,18	10,87	0,24	1,95
2013	22.107.896.252	8,30	5.358.271.675,64	11,09	0,24	2,58
2014	23.144.049.846	4,69	5.688.745.912,90	6,17	0,25	1,41
2015	23.776.422.487	2,73	5.938.651.233,09	4,39	0,25	1,62

Fonte: Banco Central do Brasil

Os dados apresentados mostram que o volume físico de moedas em circulação no país dobrou na última década, saltando de 11,8 bilhões (2006) para 23,1 bilhões de unidades (2015), o que equivale a um acréscimo de 100,8%. Em termos de valores absolutos, por motivos explicáveis e posteriormente analisados – tais como a evolução no Produto Interno Bruto (PIB) e a inflação

(IPCA) ocorrida no período em questão – percebe-se que o acréscimo de valor destas moedas saltou de R\$ 1,9 bilhão (2006) para R\$ 5,9 bilhões (2015), correspondendo a um acréscimo de 209,1% no período. Como consequência, o valor médio das moedas em circulação no país apresentou uma elevação de R\$ 0,16 para R\$ 0,25 durante o período em questão.

De outro lado é possível verificar que a criação líquida de moedas metálicas no país, apesar da elevação constante em termos absolutos, vem decrescendo nos últimos anos em termos percentuais, tanto é que na primeira metade do período em análise o crescimento anual se situava entre 9% e 10%, percentual que foi paulatinamente reduzido após 2012, até obter no ano de 2015 taxa incremental de apenas 2,73%, bem inferior, portanto, à observada em períodos anteriores. Tal fato será novamente citado, mais a frente, para justificar, ainda que parcialmente, a atual falta de moedas no país.

Outra análise necessária diz respeito à variação ocorrida no IPCA. Para tanto poderemos nos valer de dados apresentados pelo IBGE, que mostram as ocorrências anuais ao longo do período em análise. São eles:

Tabela 2. Evolução do nível do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

ANO	IPCA	
	ANUAL	ACUMULADO
2006	3,14	3,14%
2007	4,45	7,73%
2008	5,90	14,09%
2009	4,31	19,00%
2010	5,90	26,02%
2011	6,50	34,22%
2012	5,83	42,04%
2013	5,91	50,43%
2014	6,40	60,06%
2015	10,67	77,14%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Nota-se que o índice inflacionário do país apresentou comportamento crescente, principalmente ao longo dos últimos anos analisados, fazendo com que o indicador anual tenha triplicado no período, saltando de 3,14% (2006) para 10,67% (2015), trazendo como consequência a imediata elevação da necessidade monetária para aquisição dos mesmos produtos que, ao longo destes dez anos, tiveram elevação superior a 77%.

Aspecto que não pode ser desprezado é o crescimento populacional, que propicia impactos à necessidade de meios de pagamento na economia do país. A evolução populacional, assim como seu crescimento percentual ao longo dos dez anos analisados, é a que se segue:

Tabela 3. Crescimento Populacional

Ano	População	Varição
2006	187.335.137	
2007	189.462.755	1,14
2008	191.532.439	1,09
2009	193.543.969	1,05
2010	195.497.797	1,01
2011	197.395.018	0,97
2012	199.242.462	0,94
2013	201.032.714	0,90
2014	202.768.562	0,86
2015*	204.450.649	0,83

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

*População de 2015 estimada pelo IBGE

Ainda que a população nacional referente ao ano de 2015 seja uma projeção efetuada pelo IBGE, fato é que, nos últimos dez anos, a população apresentou crescimento superior a 9%, aspecto que ajuda a explicar a necessidade de recursos monetários na economia para aquisições suplementares de bens e serviços.

Por fim, outra comparação necessária diz respeito ao PIB nacional. Conforme explica Keynes (1983), o valor do Produto é

idêntico ao valor da Renda. Dessa forma, de alguma maneira, a renda da população acompanhou o desempenho econômico do país e, com isso, pressionou a demanda por moeda. Para tanto faremos uma correlação entre PIB e População no sentido de determinarmos, por consequência, a renda *per capita* nacional, conforme demonstrativo:

Tabela 4. Evolução populacional e do PIB em valor corrente

Ano	População	PIB (R\$mil)	%	PIB por hab	%
2006	187.335.137	2.409.450		12.861,71	
2007	189.462.755	2.720.263	12,9	14.357,77	11,63
2008	191.532.439	3.109.803	14,3	16.236,43	13,08
2009	193.543.969	3.333.039	7,2	17.221,09	6,06
2010	195.497.797	3.885.847	16,6	19.876,68	15,42
2011	197.395.018	4.373.658	12,6	22.156,88	11,47
2012	199.242.462	4.805.913	9,9	24.120,93	8,86
2013	201.032.714	5.316.455	10,6	26.445,72	9,64
2014	202.768.562	5.687.309	7,0	28.048,28	6,06
2015	204.450.649	5.904.331	3,8	28.879,00	2,96

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ao longo do período percebe-se nítido crescimento do PIB nacional, saltando de R\$ 2,4 trilhões (2006) para R\$ 5,9 trilhões (2014), em valor corrente, o que corresponde a quase 145% de acréscimo nominal nos últimos dez anos. Combinando tal evolução com o crescimento populacional no mesmo período, identificamos forte evolução no PIB *per capita* – que equivale à renda *per capita* da nação – que saltou de R\$ 12,9 mil (2006) para R\$ 28,8 mil (2015), correspondente a aproximadamente 125%, fato que ajuda, também, a pressionar a demanda por meios de pagamento.

É importante ressaltar que o BC, não alheio às pressões da demanda monetária, cumpre com seu papel de órgão emissor de moedas, alterando de forma substancial a quantidade de moedas, além do valor global a ela associado, ao longo do período de tempo objeto deste trabalho, ainda que de forma mais efetiva nos primeiros anos analisados. Contudo, veremos mais adiante

a ocorrência de problemas em função da falta de alguns valores específicos de moedas.

Tabela 5. Evolução da quantidade de moedas com respectivos valores médios

ANO	quantidade	valor monetário
	moedas/habitante	por habitante
2006	63,21	10,25
2007	68,22	12,30
2008	73,58	14,81
2009	80,06	17,27
2010	87,15	19,56
2011	95,09	22,04
2012	102,46	24,21
2013	109,97	26,65
2014	114,14	28,06
2015	115,98	28,97
variação %	83,5	182,5

Fonte: Banco Central e IBGE

Não se pode negar a forte intervenção do BC no sentido de suprir as necessidades de moeda por parte das empresas e famílias, elevando em 83,5% a quantidade física de moeda por habitante, além de alterar simultaneamente o valor monetário médio das moedas disponíveis por habitante em 182,5%, nos últimos dez anos, saltando de R\$ 10,25 (2006) para R\$ 28,97 (2015).

Finalmente é preciso analisar se a intervenção do BC foi adequada face às maiores pressões por moeda, provenientes dos itens aqui analisados, tais como inflação, PIB e crescimento populacional.

Se entendermos que os três fatores mencionados representam as maiores fontes de pressão na demanda por moeda, podere-

mos fazer uma comparação entre a oferta monetária proporcionada pelo BC e a demanda provocada pelos fatores aqui analisados.

Ao avaliarmos o conteúdo da tabela 4, percebemos que a evolução do PIB/habitante, que contempla tanto o fator de crescimento do PIB como também o crescimento populacional, foi de aproximadamente 125% no período de 2006 a 2015. No tocante à variação do IPCA, que mede a inflação ocorrida no país, em igual período de tempo, foi superior a 77%, conforme demonstrado na tabela 2. Totalizando os dois percentuais obteremos o valor consolidado de 202% no período em análise. Por fim, cabe confrontar tais necessidades monetárias com a oferta promovida pelo BC, que, segundo o demonstrado na tabela 5, foi superior a 182%.

Pelos valores apresentados, nota-se que o BC não cumpriu plenamente com suas obrigações, injetando na economia 182% a mais de moeda por habitante no período, percentual que está abaixo dos 202% que representam as necessidades da população por moeda. Com isso não se pode isentar o BC da responsabilidade pela falta de moedas, além do fato de não ter havido por parte do BC preocupação de acompanhar as necessidades da população pelos diversos valores de moedas atualmente em circulação. Tal fato se evidencia com a recente problemática envolvendo o Metrô de São Paulo que, em função da falta de moedas de R\$ 0,10 para troco, se viu obrigado a reduzir, em alguns momentos, o valor atual da tarifa de R\$ 3,80 para R\$ 3,75 ou até mesmo para R\$ 3,50 quando também ocorriam faltas de moedas de R\$ 0,25. Tendo, inclusive, o governador do estado responsabilizado o Banco Central por ter reduzido a produção de moedas nos últimos anos (G1, 2016), fato este comprovado numericamente neste trabalho, quando da apresentação da evolução na produção de moedas no país.

Observações Necessárias

Apesar da ocorrência no Metrô de São Paulo, é importante não imputar toda responsabilidade ao BC. Devemos, concomitantemente, direcionar o foco para o lado do consumidor. Para

tanto poderemos nos valer da mais recente pesquisa efetuada pelo próprio BC que, através da CP2 Pesquisas, avaliou a relação do brasileiro com o dinheiro.

Em termos nacionais não são novidades as reclamações de falta de moedas, em particular as de pequeno valor monetário, necessárias para se pagar pela aquisição de bens ou, por outro lado, para recebimento de troco no comércio em geral. Longe de ser um caso isolado, é um problema que a população enfrenta diariamente ao praticar atos de compra e venda. Tão grave é o problema que até mesmo o Banco Central do Brasil (BC) aconselha a população a não reter moedas, em texto intitulado “coloque suas moedinhas para circular”⁸, onde salienta a importância do uso de moedas para o fim ao qual se destinam: servir como objeto de troca em transações diárias.

A referida pesquisa, aplicada a pedido do BC, era composta por um questionário específico sobre os hábitos da população no que se refere à utilização de seus recursos monetários, cujos resultados encontram-se publicados em sua página (BRASIL B. C., 2014)⁹. Para tanto foram entrevistadas 1.012 pessoas, através de amostra representativa da sociedade brasileira.

Em questionamento feito pelo pesquisador sobre qual valor, em moedas, o entrevistado utilizava diariamente para transações, o resultado foi que aproximadamente 59% da amostra respondeu levar consigo até R\$ 3,00, enquanto 3% se situaram entre R\$ 3,00 e R\$ 4,00 e o restante das pessoas disse se utilizar de valores maiores.

Apesar dos resultados apresentados, ao serem questionados se sentiam falta de moedas para efetuarem pagamentos ou receberem troco, respondeu de forma negativa apenas 1% dos entre-

⁸ <http://www.bcb.gov.br/htms/moedinhas/moedinhas.swf>

⁹ http://www.bcb.gov.br/htms/mecir/Apresentacao_BACEN_DataFolha_resumo.pdf

vistados. Já 32% diziam encontrar dificuldade para obter moedas de R\$ 0,25, por outro lado, 40% da amostra demonstrou dificuldade para obter moedas de R\$ 0,50, e 52% constataram falta de moedas de R\$ 1,00.

Mais curioso ainda, por paradoxal que possa parecer, é que 69% dos entrevistados afirmaram levar moedas para facilitar o troco, porém 35% deles diziam que deixavam moedas em cofrinhos, no carro e/ou guardavam para os filhos, relatando que 40% das moedas recebidas tinham esse fim. Ora, se a população encontra dificuldades para obter moedas, em percentuais que variam de 32% a 53%, conforme anteriormente exposto, tal fato pode ser explicado pela retenção de moedas, por parte de 71% da população, impedindo a livre circulação de moedas para fins de transações comerciais, num espaço de uma semana a um mês, e outros 12% da população retendo suas moedas por até um ano, segundo a mesma pesquisa.

Em resumo, “O levantamento estima que 27% das moedas emitidas desde o lançamento do Plano Real estão fora de circulação. (...) Entre as razões que explicam esta estatística, estão a perda de moedas de baixo valor pela população e armazenamento prolongado” (BRASIL, 2015).

A Federação do Comércio do Distrito Federal (2015), em recente comunicado, publicou uma entrevista com o gerente de um supermercado associado que, com intuito de driblar a falta de moedas, adotou uma prática que ajuda a corroborar a tese deste trabalho. “Para minimizar a falta de troco, o supermercado Big Box da 402 Norte, está realizando uma campanha criativa. Cada cliente que levar um valor acima de R\$ 150,00 em moedas ganha uma caixa de bombom de 400g.” De acordo com o gerente deste estabelecimento comercial, “já foram realizadas 90 trocas de caixas de bombons”. Isso mostra que somente nesse estabelecimento comercial foram recebidos mais de R\$ 13.500,00 em moedas que certamente se encontravam entesouradas pela população.

Considerações Finais

Vale recapitular a frase do artigo análogo a este, publicado por Silva (2003), como também o texto do BC (Brasil, 2014), ambos com o mesmo teor, qual seja: “ponham suas moedas para circular”. Não há que se criticar isoladamente o comerciante, o cobrador de ônibus, o caixa de supermercado, a agência bancária ou o Banco Central pela falta de moedas, sem antes se fazer uma autocrítica que nos leve aos reais motivos da escassez de moedas no país. Somos todos nós – População e Banco Central – ao mesmo tempo, causadores e vítimas de uma situação que frequentemente criticamos, que só poderá ser resolvida, ou amenizada, quando houver conscientização sobre o real uso de moedas.

Bibliografia

- Brasil, B. C. (2014). *<https://www.bcb.gov.br/htms/mecir/Apresentacao-PopulacaoEComercio-2013.pdf>*. Acesso em 28 de 12 de 2015, disponível em O brasileiro e sua relação com o dinheiro.
- Brasil, B. C. (2015). *<http://www.bcb.gov.br/pt-br/Paginas/bc-divulga-pesquisa-sobre-a-qualidade-das-cedulas-e-a-taxa-de-entresouramento-das-moedas-do-pais.aspx>*. Acesso em 30 de 12 de 2015, disponível em TAXA DE ENTESOURAMENTO.
- Brasil, B. C. (s.d.). *<http://www.bcb.gov.br/htms/moedinhas/m.asp>*. Acesso em 29 de 12 de 2015, disponível em Coloque suas moedinhas para circular.
- Brasil, B. C. (s.d.). *RELATÓRIO ANUAL*. Fonte: <http://www.bcb.gov.br/pre/audit/relgest/Relat%C3%B3riodeGest%C3%A3o-BCB%202014.pdf>.
- Federal, F. d. (23 de 10 de 2015). *<http://www.fecomerciodf.com.br/comercio-amarga-falta-de-moeda-em-circulacao-para-dar-troco-aos-clientes/>*. Acesso em 30 de 12 de 2015, disponível em Fecomércio DF.

- Froyen, R. T. (1999). *Macroeconomia*. São Paulo: Saraiva.
- G1. (janeiro de 2016). <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/01/alckmin-responsabiliza-casa-da-moeda-por-falta-de-troco-no-metro.html>. Acesso em janeiro de 2016
- Howells, P., & Bain, K. (1990). *Introdução à Economia Monetária*. (V. C. Silva, Trad.) São Paulo: McGraw-Hill.
- IBGE. (s.d.). *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Acesso em 29 de 12 de 2015, disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultinpc.shtm
- Keynes, J. M. (1983). *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Abril Cultural.
- Montoro Filho, A. F. (1988). *Manual de Economia*. São Paulo: Saraiva.
- Silva, J. C. (23 de janeiro de 2003). Ponha suas moedas para circular. *Jornal O Atibaiense*, p. 4.
- Smith, A. (1996). *A Riqueza das Nações* (Vol. I). (L. J. Baraúna, Trad.) São Paulo: Editora Nova Cultural.
- Vasconcellos, M. A., & Garcia, M. E. (2008). *Fundamentos de Economia*. São Paulo: Saraiva.
- Wessels, W. J. (1988). *Economia*. São Paulo: Saraiva.